

País perde com cortes no Sesc e no Senac

» JOSÉ CARLOS CIRILO
Diretor-geral do Departamento Nacional do Sesc

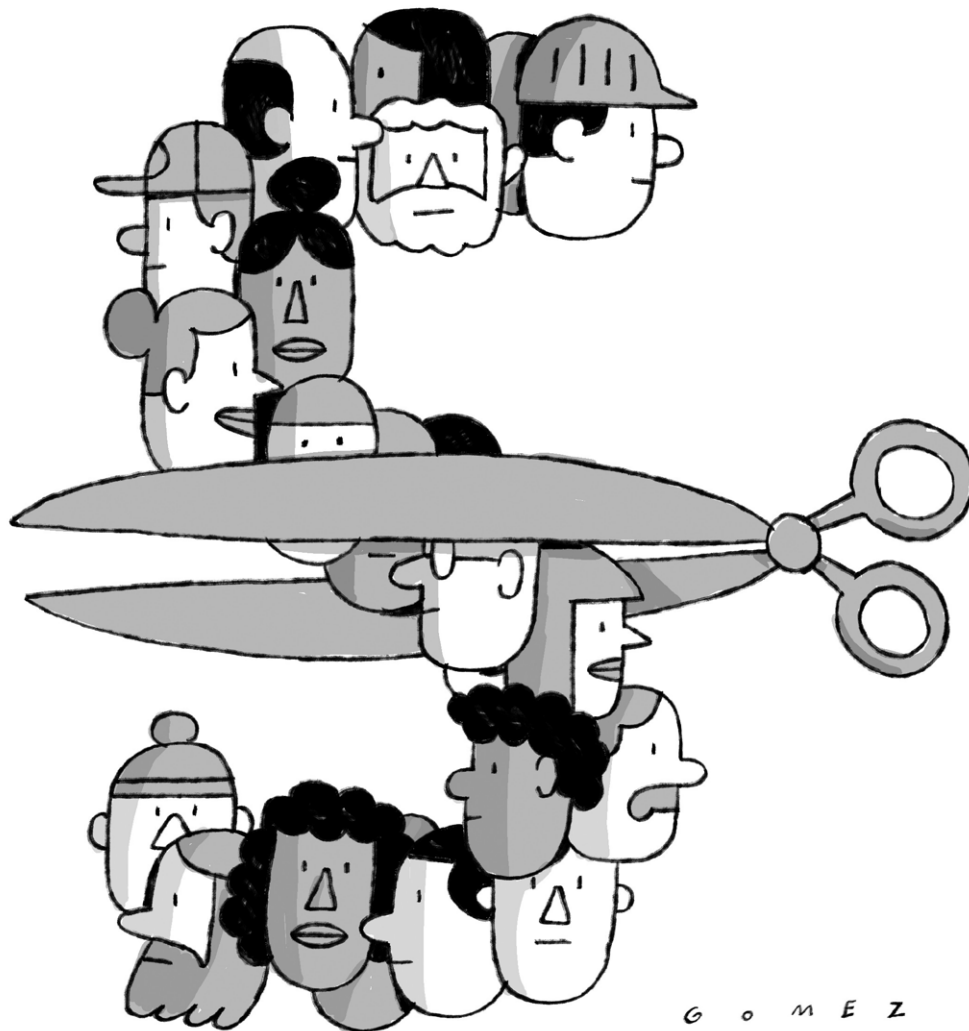
» MARCUS VINICIUS MACHADO FERNANDES
Diretor-geral interino do Departamento Nacional do Senac

A ameaça de corte de 5% nos recursos privados do Sesc e do Senac é um atraso para o Brasil. Os artigos 11 e 12 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 9/2023 impactam diretamente as ações sociais dessas instituições, que há mais de sete décadas promovem educação e qualidade de vida para os trabalhadores e suas famílias. A medida é inconstitucional, uma vez que o dinheiro das instituições é privado, proveniente da contribuição de empresas do comércio de bens, serviços e turismo, tendo destinação e regulamento próprios, além de plano de trabalho anual aprovado formalmente pelo governo federal. Desviar esses recursos pode causar graves prejuízos socioeconômicos para o Brasil, em curto e longo prazo.

É tirar oportunidade de formação e emprego para gerações inteiras de brasileiros. É comprometer a destinação de 2/3 da arrecadação do Senac à realização de cursos gratuitos. É tirar salas de aula de milhares de crianças, jovens e adultos, beneficiados com comprovado ensino de qualidade e excelência. É acabar com 31 mil vagas gratuitas de educação profissional e 7,7 mil da educação básica. É fechar 29 centros de formação profissional e 23 laboratórios de turismo do Senac. É deixar menos competitivo um país que, cada vez mais, precisa de força de trabalho capacitada e bem qualificada para dar conta dos desafios de um mundo em transformação.

É, ainda, impactar a alimentação de milhares de brasileiros atendidos pelo Mesa Brasil Sesc, reduzindo 2,6 milhões de quilos de alimentos distribuídos por ano. É retirar o acesso de milhares de mulheres em situação de vulnerabilidade e extrema pobreza aos exames de rastreamento de câncer de mama e colo de útero, com menos 2,6 mil exames clínicos. É afastar parte do povo brasileiro da possibilidade de acesso à própria cultura, é interromper a prestação de serviços de lazer, de desenvolvimento físico-esportivo e de turismo social em todos os estados. É fechar unidades do Sesc e do Senac em mais de 100 cidades. É cortar mais de 3,6 mil postos de trabalho.

Quando se fala em turismo, Sesc e Senac têm uma expertise de mais de sete décadas de trabalho. O Senac prepara profissionais e é responsável pela inserção produtiva de milhares de jovens e adultos no setor por meio da oferta de diversos cursos e programações nas áreas de Turismo, Hospedagem, Gastronomia, Lazer e Eventos. Proporcionar um ambiente de excelência aos turistas nacionais e internacionais é fundamental para a consolidação e o desenvolvimento do turismo no país. Assim, a qualificação profissional oferecida pelo Senac contribui para aumentar a competitividade e a qualidade dos destinos turísticos brasileiros.



Já o Sesc, com seu trabalho de Turismo Social, promove passeios, excursões e viagens para mais pessoas, movimentando o comércio de locais que têm potencialidades e gerando renda para quem mora nas regiões que recebem os turistas. Além disso, o Sesc dispõe de uma ampla rede de hotéis e leva visitantes às mais diversas regiões do país, alavancando a economia, ajudando a gerar empregos diretos e indiretos em diversas cidades.

As instituições mantêm parcerias com empresas e com o setor público e estão presentes em representações da esfera federal, como conselhos e comissões nas áreas que atuam. Discutem políticas públicas e ações afirmativas. Seus orçamentos são elaborados e aprovados por conselhos regionais e nacionais, formados por representantes dos empresários, trabalhadores e governos.

E não se trata apenas de discutir a

destinação de um percentual da arrecadação a qualquer outra finalidade, por mais relevante que seja, mas de observar a absoluta inobservância aos princípios de razoabilidade, imparcialidade e respeito à iniciativa privada – requisito fundamental dos grandes marcos civilizatórios deste país.

Essa tentativa arbitrária de corte fere gravemente princípios republicanos. Além disso, trata com mediocridade o trabalho de cerca de 70 mil trabalhadores e desmoraliza os mais de 70 anos de atuação em favor de toda a cadeia produtiva do comércio de bens, serviços e turismo no Brasil.

Repudiamos a proposta e confiamos na responsabilidade do Congresso Nacional para a promoção da cidadania e da transformação social no país. O nosso compromisso é com o desenvolvimento socioeconômico do Brasil e uma sociedade melhor.

As big techs e a violência

» JELSON OLIVEIRA
Professor no curso de Pós-Graduação em Ética, da Escola de Educação e Humanidades, e professor no Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGF) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

Há alguns anos, Umberto Eco fez uma declaração bastante conhecida, afirmando que a internet tinha dado voz aos imbecis. Desde então, o problema ficou muito mais complexo, de tal forma que não apenas os imbecis têm ganhado palco no mundo das redes sociais, mas sobretudo os criminosos. Os casos de violência nas escolas e de ameaças em universidades brasileiras são apenas mais um capítulo de uma situação na qual pessoas despuadoras espalham ódio e medo, celebrando a delinquência sob a indiferença das chamadas big techs, que hoje se resumem basicamente a quatro ou cinco grandes empresas de comunicação e tecnologia. O monopólio dessas empresas e o seu poder de influência sobre as nossas vidas é realmente impressionante: das pequenas às grandes decisões do nosso cotidiano, somos dependentes (eu diria, reféns) de sua onipresença vigilante e disciplinar.

Quando bilhões de pessoas ao redor do mundo dormem e levantam sob o narcótico de suas telas sedutoras. É difícil não reconhecer a necessidade de que um tal poder seja submetido a um controle extratecnológico, digo, a um controle ético, político e, sobretudo, legal. Todo poder exige responsabilidade, e não há nenhuma razão capaz de romper com essa regra básica da vida social – nem os pretensos benefícios que essas empresas possam trazer em termos do suposto progresso que elas traduzem. Por que, então, alguns resistem a exigir que essas empresas sejam responsabilizadas pelas publicações que veiculam? Por que elas continuam dando, impunemente, palco aos criminosos?

Esse tipo de crime, como se sabe, tem vários níveis e geralmente sua primeira expressão é despreziosa: tudo começa com a divulgação de uma frase preconceituosa, uma imagem pejorativa, uma piada de mau gosto... Por trás, geralmente, uma pessoa ignorante e, não raro, de má-fé, que acredita na menoridade e na ingenuidade do mal que pratica. Nos últimos anos, o discurso de ódio e o orgulho em combater “pautas esquerdistas” ou de ser contra “pautas de minorias” se tornou indecorosa e, por isso mesmo, censurável. Tem gente que mostra a sua cara impudica, tem gente que se esconde no anonimato, tem gente que grita seus improperios aos quatro ventos, tem gente que cria ou difunde fake news, tem gente que participa, e tem gente que organiza grupos para postagens desse tipo, tem gente que ameaça, acusa indevidamente, festeja a violência, tem gente que pega uma arma e entra em uma escola: todos fazem parte do mesmo sistema que corrompe a paz e a tranquilidade da vida social, que desrespeita os direitos humanos e faz da própria petulância uma arma contra os fundamentos da vida social.

Todas essas pessoas participam, em diferentes graus, de uma mesma histeria que é promovida pela sociedade que chama de democracia e de liberdade de expressão, um ato evidentemente repulsivo e perigoso. Todos chocam o ovo da serpente. Nem o veniz de “gente de bem” que entope suas narinas é suficiente para esconder suas imundícies. Por isso é preciso mais: é preciso impedir suas postagens (sim: limitar seu poder de expressão e difusão, porque nem tudo pode ser dito, quando o conteúdo da fala ofende,

humilha e amedronta) e cortar seus nutrientes (o discurso abominável que azeita nossas relações cotidianas).

Depreciar, detrair e ameaçar não é e nunca foi um direito irrestrito de quem quer que seja. E é precisamente aí que entra o controle das big techs: é preciso criar instrumentos legais que, sem legitimar censuras indesculpáveis, sejam eficazes no combate às falas que induzem e promovem atitudes de ódio. O utopismo digital marcado pelo entusiasmo com essas ferramentas precisa chegar ao fim. Em seu lugar, como propôs Evgeny Morozov no seu big tech: a ascensão dos dados e a morte da política, é preciso lançar mão de uma “sobriedade digital” capaz de adequar as plataformas tecnológicas aos pressupostos éticos que a sociedade humana demorou séculos para forjar. Nenhum bloco poderoso pode estar acima de tais pressupostos, que são as cláusulas pétreas de nossa civilização.

Sem elas, como sugere o título supracitado, estaremos diante da morte da política, como arte do bem comum. O resultado, todos sabemos, é a barbárie, que nos faz a todos vítimas amedrontadas do ódio alheio e torna nossos adolescentes e jovens psicologicamente vulneráveis, reféns de ideologias extremistas que pululam nas telas à sua frente, sem restrições. Não podemos continuar submissos à vontade de alguns gurus bilionários que lucram com as nossas desgraças. Sem tecnofobia, a política e seus arrimos éticos, morais e legais, precisa assumir a tarefa que lhe é própria: proteger a sociedade da influência perniciososa da tecnologia e garantir que o seu poder seja utilizado para o bem comum.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Representação de cifras

Ilusão é acreditar que a mudança de governo iria alterar sensivelmente as relações institucionais entre o Legislativo e o Executivo. Não mudou e não mudará. No máximo, poderá sofrer algumas nuances cosméticas nas relações, mas, no básico, persistirão os mesmos mecanismos de liberação de recursos, o que em outras épocas, era visto simplesmente como compra de votos ou mais sentimentalmente como processo de “amolecimento de corações”.

É isso o que estampam as manchetes de alguns jornais pelo Brasil afora, com o novo presidente agindo para liberar, o mais rapidamente possível, o orçamento de R\$ 10 bilhões pra atender às emendas parlamentares, também chamadas de orçamento secreto. É o azeite da máquina pública. Sem ele, a coisa emperra, a má vontade com as votações de projetos de interesse do governo impera e nada vai adiante. Não precisa nem lembrar que o combate ao orçamento secreto foi uma das promessas mais alardeadas pelo atual presidente durante toda a campanha, sem pudor.

Para o Congresso, direita e esquerda nada significam do ponto de vista ideológico ou pragmático. Quem quer que ocupe a cadeira no terceiro andar do Palácio do Planalto tem que se entender com as duas Casas legislativas do outro lado da rua. As relações ditas institucionais camuflam e dão um leve verniz republicano ao que é, na verdade, nua e crua, relações do tipo pecuniárias. Erra o governo que cede recursos preciosos e escassos e que fazem falta na ponta onde estão as populações carentes, e erra o Congresso em aceitar esse tal “agrado”. Como numa conta de aritmética marota, menos com menos é igual a mais, ambos saem “ganhando”. No terceiro discurso no plenário da ex-senadora Heloisa Helena, a Agência Senado registrou a seguinte fala da parlamentar: “A aprovação foi possível porque houve o mesmo balcão sujo de negócios. É vergonhoso identificar a mesma situação que acontecia no governo de FHC, com parlamentares pensando mais nos seus negócios pessoais e políticos do que nos interesses da maioria da população”, criticou.

Curioso é que a publicação disponível na Internet (veja no blog do Ari Cunha) é de 2004. Quase 20 anos patinando no mesmo chorume. Votações de interesse do governo são dessa forma sempre precificadas, sendo o valor decidido nas chamadas negociações políticas. Sem o suporte do dinheiro, entendimentos políticos não passam de miragem. Obviamente que o leitor não pode saber desse detalhe.

Com isso, caem as fantasias ideológicas. Outro ponto também a envolver o poder mal empregado do dinheiro público é dado quando, terminadas as eleições, as miríades de lendas políticas, que disputaram o pleito, e que para isso receberam grande quantidade do dinheiro dos contribuintes, na forma de fundo partidário e fundo eleitoral, fundem-se, sem diferenças e naturalmente, em blocos. É o jeito de sobreviver e ter algum protagonismo a mais. Durante quatro anos os partidos desaparecem como mágica. O que foi gasto por cada uma das mais de trinta agremiações não conta mais. Ficou no passado e no passivo.

A reforma política, que poderia muito bem propor a criação de, no máximo, quatro grandes blocos no Congresso do tipo: esquerda, direita, centro esquerda e centro direita, enxugando e racionalizando um processo caro para os contribuintes, não é sequer lembrada. O jogo partidário é mais lucrativo, mesmo que produza distorções em nossa democracia. Em seu conceito originário e até ético, democracia não pode ser tocada ou mesmo ter seu sentido literal posto ao serviço de todos, tendo o dinheiro como pilar ou base de sustentação. Em democracias em que o dinheiro tudo pode, a igualdade e a coisa pública deixam de existir.

É essa plutocracia, ou o governo dos ricos e daqueles que possuem o controle dos recursos públicos, que temos que trabalhar e lutar para deixar para trás, como traço e herança ruim desse nosso mal-ajambrado Estado.

» A frase que foi pronunciada

A economia compreende todas as atividades do país, mas nenhuma atividade do país compreende a economia.

Millôr Fernandes

Faroeste caboclo

» Além das reclamações do atendimento da CEB no Park Way, adentrando pela manhã as luzes acesas sem necessidade, leitor atenta para o trânsito local. A falta de fiscalização nas marginais do PW que beiram a Epia e EPDB estimula um trânsito mais perigoso impulsionado por quem só é educado com multas. O perigo permanece quando há briga com o relógio para atravessar o percurso mais rápido. Vale até andar na contra mão, usar ciclovias ou ignorar os balões.

Inércia

» A Associação dos Moradores do ParkWay já postulou com o poder público por todos os canais possíveis, mas sem retorno prático. As observações do trânsito são do leitor Roberto Jenkins de Lemos Filho.

» História de Brasília

O professor Hermes Lima desenhou um novo esquema para a transferência de funcionários públicos para Brasília, não mais obedecendo a interesses pessoais, e sim, de produção da repartição. (Publicada em 20.03.1962)